

# EMIGRANTES E IRMANDADES DE ORIGEM PORTUGUESA NO BRASIL: AS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

*Jorge Carvalho Arroiteia*

## INTRODUÇÃO

Este texto pretende ser um contributo para o conhecimento das irmandades de origem portuguesa no Brasil e da sua criação relacionada com os processos de colonização e de emigração para este país. Mais do que a enumeração exaustiva destas instituições, da época em que foram criadas ou mesmo da sua cronologia, importa ter em consideração a sua expansão no território, relacionando-a com o desenvolvimento da emigração nacional para terras de Vera Cruz e, sobretudo, com a progressão da colonização portuguesa do território brasileiro.

Da mesma forma importa assinalar como a criação das irmandades da Misericórdia, com a sua acção assistencial, médica e social em prol dos carenciados, acompanhou a fixação de colónias de portugueses nesse território, sendo um exemplo de difusão de uma das instituições religiosas mais antigas, orientadas para o cumprimento das setes obras de misericórdia, de natureza espiritual e de outras tantas, de natureza corporal. São elas, de natureza corporal: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar pousada aos peregrinos, assistir aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos; de natureza espiritual: dar bom conselho, ensinar os ignorantes, corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas do próximo, rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

Com este texto pretende-se, ainda, saudar os “Irmãos” que ao longo destes últimos cinco séculos, desde 1539 à actualidade, permitiram o desenvolvimento e a expansão das 110 Santas Casas de Misericórdia existentes no Brasil. Em simultâneo, sugerir o desenvolvimento de outras investigações relacionadas com a importância destas Irmandades na sua relação com o desenvolvimento da emigração portuguesa e o povoamento do Brasil.

A criação das Santas Casas de Misericórdia em território brasileiro teve lugar durante a primeira metade de Quinhentos, poucos anos após a criação da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia, em Lisboa, no ano de 1498, por iniciativa da Rainha Leonor de Lencastre e com o apoio espiritual de Frei Miguel de Contreiras, seu confessor. De acordo com a doutrina cristã, estas

procuravam acorrer aos doentes e enfermos, na fome, nas pestes, nas guerras, bem como no enterro dos confrades e desamparados e noutras situações de necessidade, através de práticas caritativas assumidas pelos irmãos da mesma confraria, de acordo com os compromissos estipulados pela Irmandade.

O interesse destas instituições, tais como de outras que se espalharam após os Descobrimentos pelo mundo conhecido dos portugueses, é considerável uma vez que as Santas Casas foram responsáveis pela criação de numerosas albergarias, hospitais e de igrejas, onde se cuidava do corpo e da alma dos mais necessitados. Ainda hoje nas diversas cidades brasileiras onde existe esta irmandade, um número significativo de serviços clínicos, de enfermagem e de saúde, são geridos por estas instituições. Assim o refere Khoury: “na maioria dos continentes e países onde foram fundadas Santas Casas, elas se anteciparam às atividades estatais de assistência social e à saúde, e o que é ainda mais extraordinário, em alguns países e, notadamente no Brasil, foram elas as criadoras dos cursos de Medicina e Enfermagem, como é o caso daqueles fundados em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e muitos outros mais”<sup>1</sup>. Mais ainda, no dizer da mesma autora, recentemente representavam “cerca de 62% da oferta-leito no País, e 80-90% na assistência social, sendo que, na maioria dos Municípios Brasileiros, elas constituem o único bastião de assistência social e à saúde da população”<sup>2</sup>.

A nota que elaborámos tem presente o levantamento coordenado pela prof. doutora Yara Aun Khoury, da Pontifícia Universidade de São Paulo, publicado em 2004. Esta fonte documental reúne a história, a distribuição e os recursos destas instituições no território brasileiro. Entendemos que o trabalho conduzido por esta investigadora e docente universitária, constitui um valioso contributo para o conhecimento da história e da evolução destas irmandades, sendo um importante testemunho do processo de povoamento e da evolução da emigração portuguesa neste país, que se pode aprofundar através da análise da evolução da comunidade luso-descendente que aí tem crescido e continuado a manifestar os sentimentos de solidariedade que estiveram na origem da difusão destas instituições sociais.

## IRMANDADES

A análise da emigração portuguesa para o Brasil, cuja evolução e volume tem sido marcado por um interesse constante por parte da população portuguesa e de outras nacionalidades, em função do processo de colonização e, sobretudo, depois que o estado do Brasil deixou de ser colónia portuguesa, tem sido objecto de diferentes estudos de natureza histórica, geográfica, sociológica e cultural<sup>3</sup>. Não importa aqui referenciá-los. Apenas ter presente que os colonizadores e emigrantes, os religiosos e militares, os degredados e os escravos,

---

<sup>1</sup> KHOURY, 2004: 10.

<sup>2</sup> KHOURY, 2004: 10.

<sup>3</sup> ROCHA-TRINDADE; ARROTEIA, 1984.

transportaram consigo modelos culturais das sociedades de origem, afeiçoados localmente pelo contacto com a população autóctone e com novos habitantes oriundos de diferentes continentes, que contribuíram para a colonização deste vasto território. Daqui terá resultado uma mescla civilizacional, cultural e étnica, dominada por elites religiosas, militares, políticas, ou já administrativas e comerciais, que alimentaram presença contínua de portugueses nesse território, durante os últimos cinco séculos.

Além dos homens, das leis e dos modelos de administração e da economia local, foram igualmente transportadas as instituições, que por meio de iniciativas próprias conseguiram implantar estruturas de natureza religiosa, cultural, económica e outras, que vieram a desempenhar uma acção aglutinadora da população autóctone e imigrante, sobretudo de origem portuguesa.

Dos exemplos que poderíamos citar relacionadas com o modelo de organização administrativa local e municipal, com a criação de diversos tipos de escolas, algumas precursoras de universidades, interessou-nos o exemplo das Santas Casas, que se desenvolveram em Portugal por acção da Igreja e de ordens religiosas em locais de maior convergência de peregrinos, de afluência de necessitados ou respondendo a necessidades surgidas em momentos críticos<sup>4</sup> de epidemias, tais como a varíola, a febre amarela, a cólera ou a gripe espanhola. Fundadas em 1498, rapidamente se espalharam pelas principais cidades e vilas do Reino e pelos locais visitados pelos navegadores e religiosos portugueses. Como assinala Khoury a sua criação durante o período colonial “diz muito a respeito das formas de organização política do governo português e das relações por meio das quais esse processo colonizador foi sendo gestado”. Mais ainda, “constituídas de maneira articulada à criação das primeiras cidades coloniais, como as de São Vicente, Salvador e São Sebastião serviram como suportes da administração da Coroa distante”<sup>5</sup>.

Contudo, afirma também a referida autora, nos continentes e países onde foram fundadas as Santas Casas, anteciparam-se “as actividades estatais de assistência social e à saúde” e em alguns países, “notadamente no Brasil, foram elas as criadoras dos cursos de Medicina e Enfermagem, como é o caso daqueles fundados em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e muitos outros mais”<sup>6</sup>.

Data de 1539<sup>7</sup>, a criação da Santa Casa da Misericórdia da vila de Olinda, “com a finalidade de cuidar dos pobres e enfermos, socorrer as viúvas, órfãos e necessitados, além de defender as causas dos encarcerados, enterrar os mortos e exercitar outras obras de misericórdia”. Segundo o levantamento coordenado por aquela autora<sup>8</sup>, até à independência deste país e à publicação da Constituição Imperial de 25 de Março, de 1824, tinham sido criadas as seguintes

<sup>4</sup> KHOURY, 2004: I, 26.

<sup>5</sup> KHOURY, 2004: I, 26.

<sup>6</sup> KHOURY, 2004: 10.

<sup>7</sup> KHOURY, 2004: 187.

<sup>8</sup> KHOURY, 2004: 10.

Santas Casas, no seu início, regidas pelo Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa:

- Olinda PE (1539)
- Santos SP (1543)
- Salvador BA (1549)
- Rio de Janeiro RJ (1567)
- Vitória ES (1551-1606)
- São Paulo SP (1599-1603)
- João Pessoa PB (1602-1618)
- Belém PA (1619-1687)
- São Luís MA (1567)
- Campos RJ (1792).

A criação destas instituições, em locais próximos da costa assinala a fixação dos primeiros colonos portugueses nestas paragens, ao qual se seguiu a exploração do território interior, conforme o estabelecido pelo regime de capitânicas, delineadas por paralelos e a sua ocupação por donatários, escravos e emigrantes. O roteiro do povoamento brasileiro pode ser seguido através dos registos locais destas Irmandades, os quais reúnem informação abundante e diversificada sobre a vida das comunidades locais e a construção da sociedade brasileira. Sendo um processo longo e extenso, com interesse para várias ciências, há oportunidade de referir, a título exemplificativo, alguns actores.

Assim, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos, deve-se ao fidalgo português, Braz Cubas, “líder do povoado do Porto de São Vicente”<sup>9</sup>, que encetou as obras de construção de um Hospital, inaugurado no dia de Todos os Santos de 1543. Refere a mesma autora que, antes ainda da chegada dos jesuítas a esta região, em 1553, este mantivera a sua importância, antes do final desse século quando a vila de Santos caiu em decadência, por via da quebra do movimento marítimo causado pela migração das plantações e dos operários do litoral para o planalto interior, “em busca de melhores oportunidades nas Fazendas, bem como nas chamadas Entradas e Bandeiras. Outro motivo era a fuga de doenças infecciosas, que assolavam as terras húmidas do litoral”.

Já a Santa Casa de Salvador, terá tido a sua origem no Hospital da Cidade, criado pelo Governador Tomé de Souza<sup>10</sup> e anos mais tarde, em 1816, terá acolhido as aulas da Academia Médico-Cirúrgica da Bahía, primeira do Brasil, fundada por D. João VI, em 1808.

Pelo seu interesse transcrevemos desta obra<sup>11</sup>, a seguinte notícia relativa à criação da Santa Casa de Rio de Janeiro. Em 1582, o “Padre José da Anchieta encontrava-se no Rio de Janeiro e, com a ajuda de alguns Irmãos da Miseri-

<sup>9</sup> KHOURY, 2004: II, 641.

<sup>10</sup> KHOURY, 2004: I, 110.

<sup>11</sup> KHOURY, 2004: II, 467.

córdia, levantou um barracão coberto de palha, para socorrer os marinheiros” da esquadra do almirante espanhol Diogo Flores Valdez que então procurava o Estreito de Magalhães.

Preocupações relacionadas com o “amparo dos doentes pobres e desvalidos”<sup>12</sup>, terá estado na origem da criação da Santa Casa de Vitória (Espírito Santo), de São Paulo, de João Pessoa, de Campos e de S. Luís. Neste caso, aponta a referida autora<sup>13</sup> que o “Padre António Vieira e os jesuítas, enviados em missão evangélica à cidade de São Luís, não mediram esforços para a criação do Hospital da Caridade e da Irmandade”.

Os exemplos anteriores, sugerem como a criação destas primeiras Irmandades estiveram ligadas ao esforço de povoadores (capitães e outros donatários) e de clérigos, muitos deles da Ordem de Jesus, que se esforçaram por implantar no Brasil as instituições de assistência que seguiam o modelo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a qual servia de exemplo na sua organização e privilégios. Há medida, porém, que a Irmandade se foi generalizando, estas foram sendo criadas por iniciativa de particulares, comerciantes, médicos, militares, magistrados e outros, e as suas doações destinadas à criação de hospitais de caridade, de asilos para recolha de doentes e de indigentes, de idosos e de crianças desprotegidas.

A este respeito, cada uma destas instituições tem uma história diferente, sendo que, na vida destas instituições, momentos houve que coincidiram com épocas de crise, tal como a que coincidiu com a ocupação holandesa ou com outros acidentes militares, internos ou internacionais. Daqui resultou a perda de documentação, a extinção de irmandades, a transferência da sede ou até o desenvolvimento de outras actividades que permitem o seu funcionamento actual e a recolha de fundos a sua subsistência. É o que nos relata levantamento de Yara Khoury, o qual permite ainda destacar:

- o impulso registado nas primeiras décadas após a fundação da Irmandade, em Lisboa, que levou à criação de oito instituições no Brasil, entre 1539 e 1585;
- a redução desse movimento durante o domínio Filipino, uma vez que, apenas entre 1622 e 1650, foram criadas duas Irmandades no Brasil;
- a lenta progressão deste processo de criação após a Restauração, dado que entre 1650 e 1730 não há referência à criação de qualquer Irmandade, o que só acontece entre 1730 e 1822, com a fundação de dez novas Santas Casas.

Só após a independência do Brasil é que o movimento de criação de novas Irmandades ganha um extraordinário incremento, registando-se, durante o século XIX:

---

<sup>12</sup> KHOURY, 2004: I, 260.

<sup>13</sup> KHOURY, 2004: I, 167.

- entre 1825 e 1850, a criação de dezasseis Irmandades;
- entre 1852 e 1900, a criação de setenta e cinco novas instituições.

Este movimento progride durante o século XX, tendo-se verificado:

- entre 1901 e 1924, a criação de quase nove dezenas de Irmandades, valor quase idêntico ao registado entre 1926 e 1950;
- entre 1951 e 1974, a criação de mais de uma centena de Irmandades;
- depois de 1975 e entre esta data e 1998, foram ainda criadas 31 Irmandades.

Primeiramente fundadas ao longo da costa e do litoral, estas Irmandades foram-se expandindo para o interior à medida que progrediu o povoamento do planalto e do sertão, espalhando-se ao longo dos cursos de água e dos entrepostos comerciais aí criados. Finalmente difundiram-se por entre o tecido urbano brasileiro constituído pelas vilas e cidades de maiores dimensões, acompanhando a evolução das colónias de portugueses e dos seus descendentes, em locais carenciados de cuidados de saúde e de assistência física e moral das populações.

O desempenho destas Irmandades, dentro e fora do Reino, pode ser apreciada num discurso de Almeida Garrett: “Temos em Portugal uma instituição que nos honra (...), que nasceu com a monarchia (...), que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ella foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o commercio, a liberdade e as suas colónias. Em nenhum paiz da terra há instituição philantrópica superior nem igual!”<sup>14</sup>.

## EMIGRANTES

As referências anteriores ganham algum significado se atendermos aos dados da emigração portuguesa registados para este país. Assim se tivermos em conta os valores apontados por V. M. Godinho<sup>15</sup> relacionados com as perdas da população portuguesa, associada às preferências da população portuguesa pelo Brasil, temos o panorama seguinte:

- desde o século XVI, que o Brasil atraía colonos de origem portuguesa, que durante o século seguinte, até à Restauração, se repartiam igualmente por Castela e pelo império espanhol;
- depois da Restauração e antes do ‘rush’ mineiro do século XVIII, este movimento de saída é particularmente registado nos portos de Viana do Castelo, Porto e Lisboa, com destino a Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro, com cerca de dois milhares de emigrantes anuais.

---

<sup>14</sup> Discurso proferido na Câmara dos Pares em 10 de Fevereiro de 1854. Diário n.º 86. Discursos, p. 220 (MARTINS, 1998).

<sup>15</sup> GODINHO, 1978: 8-9.

Este registo permitiu a este autor<sup>16</sup>, estimar as seguintes perdas da população portuguesa:

- de 1500 a 1580, cerca de 280 000 indivíduos;
- entre 1580 e 1640, entre 300 000 e 360 000;
- entre 1640 e 1700, cerca de 150 000;
- entre 1700 e 1760, esse valor aumenta para mais de meio milhão, talvez 600 000.

Estes últimos valores estão associados à cultura da cana do açúcar, à exploração mineira e durante o século XIX, à cultura do café e à progressiva dificuldade de recrutamento da população negra, a partir de meados de Oitocentos, a que sucedeu a supressão da escravatura. Estas razões associadas ao incremento da navegação a vapor e dos transportes oceânicos, dos finais desse século, permitiram um aumento de saídas, da ordem das três centenas de milhar entre 1820 e 1890 e de cerca de duas centenas de milhar, na década de 1891 a 1900.

Já durante o século XX, quase meio milhão de portugueses saíram para o Brasil desde o início do século até ao início da I Guerra Mundial, representando quase 90% da emigração portuguesa durante esse período; mais de 200 000 voltaram a fazê-lo após o termo desse conflito armado e até ao início da crise económica dos anos trinta; quase 90 000, entre 1931 e 1940, valor que voltou a aumentar durante os primeiros anos da segunda metade de Novecentos, até 1963, data em que as saídas para o Brasil foram definitivamente ultrapassadas pela emigração transoceânica, em queda desde então.

Com as reservas inerentes a este tipo de estimativa, bem como tendo presente a diversidade de destinos desta população, importa salientar que a dimensão de saídas e a sua preferência por aqueles portos justifica a criação das primeiras Irmandades nesses Estados e nos que atraíram maior número de portugueses nas plantações, na exploração do sertão, na exploração mineira, no comércio ou já na administração.

Importa ainda salientar que aos valores relacionados com as saídas de portugueses, uns a partir dos portos do reino de Portugal, outros do reino de Castela, se devem juntar os dados relacionados com o tráfico negreiro, a partir das costas de África, garantindo uma mão de obra escrava necessária à expansão das culturas do algodão, do açúcar e do café, conforme os ciclos da economia brasileira.

Temos presente a situação registada depois da fuga da família real para o Brasil (1808), da independência deste país (1822) ou da abolição da escravatura (1888), que conduziu a uma intensificação das saídas de portugueses para este país, fenómeno que perdurou até meados da segunda década do século XX. Posteriormente regista-se um novo ciclo, com o decréscimo destas saídas a partir de meados desse século, quando a grande corrente emigratória, de carácter

---

<sup>16</sup> GODINHO, 1978: 8-9.

transoceânico, foi substituída, a partir do início dos anos sessenta, pela emigração intra-europeia.

No que respeita a emigração transoceânica, esta reduz-se às áreas mais densamente povoadas do norte e do centro do país, as que então apresentavam maior densidade demográfica, ou mesmo nas ilhas dos Açores e da Madeira, e testemunham a tradição deste movimento no Minho e em Trás-os-Montes, nas Beiras ou mesmo no Algarve, à data os primeiros centros de recrutamento desta população emigrante. Esta tendência foi igualmente sentida em relação ao total de saídas uma vez que, entre 1950 e 1988, quase metade das saídas oficiais registadas no continente português foram provenientes dos distritos de: Porto, Aveiro, Viseu, Braga e Viana do Castelo e ainda dos Açores e da Madeira.

Não sendo necessário reter outros aspectos desse movimento é bom considerar o contributo desta população emigrante, senão como impulsionadores da criação das Santas Casas, pelo menos como beneficiários das mesmas. De facto, se é certo que o Brasil foi o "Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas", como escreveu Alexandre Herculano, referindo-se aos muitos emigrantes portugueses que aí desembarcaram, temos igualmente conhecimento dos que lá viveram pobres e mendigos, sepultados por acção destas obras de caridade, a expensas destas Irmandades ou de outras instituições de solidariedade.

Essa a face negra da emigração portuguesa para o Brasil, que importava igualmente conhecer.

## NOTA FINAL

Como estudo exploratório, o texto anterior pretende realçar a criação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, sugerindo a sua relação com o fenómeno da emigração portuguesa para aquele país, antes e depois da sua independência. Para tanto será necessário conhecer a história do povoamento geral deste território, bem como dos seus diversos Estados, bem como a evolução da população de origem portuguesa em diversas épocas da história deste país.

Se é certo que a criação destas Irmandades deveu-se primeiramente à acção da Igreja ou a outras iniciativas pessoais promovidas por capitães e donatários, num passado próximo, foram as elites locais, sustentadas pelo comércio, pelos serviços ao já por outras actividades económicas, que desempenharam uma função de realce na sua criação e expansão por todo o território brasileiro. Mais, ainda, elas terão influenciado diversos aspectos da vida e da sociedade brasileira, nomeadamente "o traçado urbano das cidades"<sup>17</sup>, devido à imposição da legislação eclesiástica, aos instrumentos do direito canónico e às exigências da própria confraria ou Irmandade.

---

<sup>17</sup> KHOURY, 2004: 32.

Estas são algumas conclusões que se podem retirar do levantamento, em boa hora realizado pela professora Khoury, que se constitui como um excelente instrumento de trabalho para todos os que se vierem a interessar por esta temática e mesmo para os que se venham a debruçar sobre a origem e difusão de algumas instituições de origem portuguesa, tais como os municípios, as escolas, as associações e outras, neste país.

## BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, J. C., 1983 – *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa: I.C.L.P.
- ARROTEIA, Jorge, 1988 – “Aspects regionaux de l’émigration portugaise vers le Brésil au XIXème siècle”, in *Portugal-Brésil-France: Histoire et Culture*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, p. 41-55.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2007 – *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ARROTEIA, Jorge; TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- GODINHO, Vitorino M., 1978 – “Lémigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1-2, p. 5-32.
- KHOURY, Yara Aun, 2004 – *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo: EDIC, PUC, SP, Imprensa Oficial. 2 vols.
- LADAME, Paul, 1958 – *Le role des migrations dans le monde libre*. Genève: Librairie E. Droz/Paris, Librairie Minard.
- MARTINS, Oliveira, 1956 – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MARTINS, José V. P., 1998 – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa, Academia das Ciências.
- SERRÃO, J., 1976 – *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

**ANEXO**

**Cronologia da fundação de Santas Casas da Misericórdia no Brasil  
(KHOURY, 2004)**

<i>Antes da Independência</i>		<i>Depois da Independência</i>	
<i>Período</i>	<i>Estado</i>	<i>Período</i>	<i>Estado</i>
1539-1585	PE – 1	1826-1850	BA – 2
	SP – 2		MG – 3
	ES – 1		PR – 1
	BA – 2		RJ – 4
	RJ – 1		RS – 3
	PB – 1		SP – 3
1622-1650	MA – 1	1852-1900	MG – 19
	PA – 1		PR – 1
	MG – 1		RJ – 5
	SC – 1		SP – 32
	AL – 1		RS – 5
	BA – 1		SC – 1
	MG – 1		AL – 1
	RG – 1		PE – 1
	1803-1824		SP – 1
	MG – 1	CE – 1	
	RS – 1	AM – 1	
	RJ – 1	MT – 1	
	PI – 1		
	ES – 1		
 <i>Século XX</i>			
1921-1924	SP – 46	1926-1950	SP – 52
	MG – 26		MG – 22
	RS – 3		AL – 1
	MS – 2		PR – 7
	PR – 2		RJ – 1
	BA – 5		ES – 2
	RG – 1		BA – 3
	AL – 2		MA – 1
	PA – 1		RS – 1
	CE – 1		GO – 3
1951-1974	SP – 64	1975-1998	BA – 2
	ES – 3		SP – 17
	MG – 14		MG – 6
	RS – 1		MS – 2
	BA – 6		PR – 2
	MS – 3		GO – 1
	PR – 13		CE – 1
MT – 1			